

Teori envia ao primeiro grau investigação contra ministro de Dilma

O ministro Teori Zavaski, do Supremo Tribunal Federal, concluiu nesta quinta-feira (19/5) que o pedido de investigação contra o ministro afastado Edinho Silva, ex-responsável pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência, deve ser analisado pela Justiça Federal no Distrito Federal.

Divulgação



Edinho Silva foi acusado de fazer caixa dois durante campanha eleitoral, com dinheiro de farmacêuticas; ele nega.

Tesoureiro da campanha à reeleição da presidente afastada Dilma Rousseff (PT), Silva foi acusado pelo ex-senador Delcídio do Amaral (sem partido-MS) de participar de um esquema de caixa dois envolvendo o repasse de empresas farmacêuticas a campanhas políticas.

Delcídio disse que pediu recursos a Edinho para pagar dívidas da campanha eleitoral de 2014 com as empresas FSB e BlackNinja, no valor total de R\$ 1 milhão. Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, há indícios de que o ministro afastado tenha cometido os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

Zavascki considerou que Edinho não tem mais prerrogativa de foro por ter deixado de ser ministro. Embora as acusações tenham surgido em meio às investigações da operação “lava jato”, Teori disse que os relatos do delator não têm relação direta com o esquema de desvio de recursos da Petrobras.

“Como visto, tais fatos não têm relação de pertinência imediata com as demais investigações relacionadas às fraudes no âmbito da Petrobras, pois dizem respeito a suposta tentativa de repasse de propina ao ex-senador Delcídio do Amaral, agora colaborador, em operação que teria sido intermediada pelo então ministro da Secretaria de Comunicação Social, responsável pela indicação do laboratório farmacêutico EMS como fonte financiadora”, diz a decisão.

Outra versão

Edinho Silva diz que as acusações são “todas mentirosas”. Quando Janot pediu a abertura de inquérito, ele declarou, em nota, que procurou a EMS com o objetivo de arrecadar dinheiro para a campanha de Dilma, em 2014. Como a empresa respondeu que só tinha intenção de doar para candidatos a deputados



e senadores, o então tesoureiro afirmou que apontou o interesse a Delcídio.

“Nunca mais mantive qualquer contato com este assunto. Nunca estive com as empresas prestadoras de serviços da campanha de Delcídio do Amaral, nem antes, nem durante a campanha. As empresas envolvidas negam a existência de caixa dois, e o próprio delator afirma que nada se concretizou. Não existe fato. Nenhuma ilegalidade ocorreu”, afirmou, no início de maio. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

19/05/2016